

*O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot*¹

Leci Borges Barbisan

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - Brasil

Resumo

Analisa-se a noção de enunciação os trabalhos de Émile Benveniste e Oswald Ducrot e o modo como a construção desses conceitos conduz à focalização de objetos de estudo distintos nas duas teorias.

Palavras-chave: Benveniste - Ducrot - enunciação

Abstract

In this work it is analyzed the notion of enunciation in Émile Benveniste and Oswald Ducrot works. Besides that, in this work it is analyzed the way that the construction of these two concepts leads to focusing on two different objects of study in these theories.

Key words: Benveniste - Ducrot - enunciation

Introdução

Quem se dispuser a fazer uma revisão dos estudos sobre a linguagem verbal ao longo de sua história certamente perceberá com muita facilidade que a preocupação dos estudiosos com a descrição e a compreensão do funcionamento

dos elementos que pertencem ao código da língua sempre teve quase total prioridade sobre os fenômenos que se produzem quando a língua é empregada para a comunicação entre seres humanos. Relativamente pouco esforço tem sido feito no sentido de se entender, por exemplo, as múltiplas modificações que se introduzem no sentido quando elementos do código estão subordinados à utilização que os sujeitos fazem da linguagem, o que, no entanto, não pode ser desconsiderado, visto que trazem como conseqüência especificações particulares ao geral do sistema.

Os aspectos lingüísticos da enunciação, é verdade, estão presentes já nas gramáticas gregas e latinas, na semiótica de Peirce, na noção lingüística por vezes ambígua de *déixis* e, mais recentemente, nos trabalhos de Jespersen, Jakobson, sem esquecer todavia Bakhtin, Bally que em seus escritos se dedicaram especificamente ao estudo da enunciação. Mas foi realmente Émile Benveniste quem, com seus principais textos reunidos nos dois volumes do *Problèmes de Linguistique Générale* deu o impulso necessário para que se desenvolvessem na Lingüística outras reflexões igualmente notáveis sobre o uso da linguagem verbal.

Tendo em vista a área assim delineada, temos a intenção de reunir nestas páginas alguns elementos que indicam que, levando em conta a preocupação dominante na Lingüística com o código da língua e fundamentando-se em conceitos estruturalistas semelhantes, dois modos distintos de entender a enunciação surgiram na história do estudo da linguagem, inicialmente a de Émile Benveniste e, mais recentemente, e ainda em pleno desenvolvimento, a de Oswald Ducrot, ambos na França.

Não se espere, porém, encontrar, nas páginas aqui apresentadas, um trabalho original que traga alguma contribuição à compreensão do funcionamento da linguagem. Ao contrário disso, o que vai ser dito não é mais do que uma leitura, apoiada em nomes consagrados, de alguns textos que nos parecem elucidativos do conceito de enunciação nesses dois lingüistas. O objetivo é o de trazer apenas algumas indicações e talvez um possível esclarecimento sobre o tema, por meio da distinção que, entre eles, se procura estabelecer.

Justifica-se a aproximação e a distinção entre as teorias criadas por Émile

Benveniste e Oswald Ducrot, quanto ao conceito de enunciação, pelo fato de que ambos partem de conceitos saussurianos que, modificados, ampliados, ressignificados, resultam na afirmação de abordagens distintas do uso da linguagem, focalizando, conseqüentemente diferentes objetos de análise, chegando assim a conceituações próprias da enunciação.

1 A proposta de Benveniste

É sabido que Benveniste alicerça sua teoria em conceitos estruturalistas. Ducrot (1989a), no capítulo VI, corrobora essa afirmação – facilmente verificável em diferentes textos do *Problemas de lingüística geral* – quando diz que Benveniste aceita as exigências metodológicas de Saussure e descreve a *língua como o fundamento das relações intersubjetivas* (p. 149). Retomando-se, do modo mais fiel possível, quatro textos de Benveniste, é possível encontrar tanto o ponto de partida de sua proposta semântica, a lingüística saussuriana que tem na *língua* seu objeto de estudo, oposta à *fala*, quanto seu ponto de chegada, sua concepção de *enunciação*, que vê a linguagem em uso associada à *língua*. Escolhemos como textos que podem nos conduzir ao que nos propomos: *Os níveis da análise lingüística* (1962), *A forma e o sentido na linguagem* (1966), *O aparelho formal da enunciação* (1970) e *Da subjetividade na linguagem* (1958).

Vemos em *Os níveis da análise lingüística* de Benveniste o que propomos que se considere como um momento de uma caminhada que vai resultar em seu conceito de *enunciação*. Nesse artigo, o autor parte da análise da língua como *forma*, aludindo ao método estruturalista de segmentação e substituição, que conduz às relações sintagmáticas e paradigmáticas entre os elementos do sistema, método adotado pela Lingüística de sua época. Nesses procedimentos de análise, a noção de nível torna-se essencial para a descrição da natureza articulada da linguagem, e é nessa noção que Benveniste vai fundamentar a distinção que estabelece entre *forma* e *sentido*, indo do nível inferior, constituído pelos elementos merismáticos, ao nível superior, o da *frase*. Sob essa perspectiva, as entidades lingüísticas admitem dois tipos de relação: distribucionais, entre elementos de mesmo nível e integrantes entre elementos de nível mais alto. Ficam assim estabelecidos dois limites: o do nível inferior, dos merismas, e o do nível superior: o da frase. A frase

se define por seus constituintes e não pode integrar nenhuma unidade mais alta e o *merisma* só se define como integrante, não podendo ser segmentado em constituintes. Há um nível intermediário, o do *signo*, que pode conter constituintes e funciona como integrante de um nível mais alto. A distinção entre *constituente* e *integrante* é fundamental porque, a partir dela se compreende a relação entre *forma* e *sentido*. A dissociação constitui a forma, a integração cria unidades significantes. Então, para Benveniste, a forma é a capacidade que tem o sistema de se dissociar em constituintes de nível inferior; o sentido é sua capacidade de integrar unidades de nível superior.

A *frase* se apresenta como um domínio novo; pode ser segmentada, mas não pode integrar outro nível. Não é uma classe de unidades distintas. Sua propriedade fundamental é a de predicar, pois não há frase fora da predicação; é a linguagem em uso. Do ponto de vista semântico, *os signos* da língua têm uma significação no sistema, enquanto a frase tem sentido e é informada de significação. Entende-se, levando-se em conta a própria terminologia adotada, que o valor semântico do *signo*, definido pela língua, não é o mesmo que o da *frase*, construído pelo uso da linguagem.

Retomando-se a proposta resumida anteriormente, com vistas a justificar o tema escolhido para estas linhas, Benveniste, nesse momento de suas reflexões sobre a linguagem, parte do estudo da *língua* tal como era visto em sua época, sem rejeitar a importância que a *língua* tem para a compreensão do uso da linguagem. Por outro lado, reelabora esse estudo, introduzindo em sua abordagem o *sentido*, muitas vezes posto de lado nos estudos lingüísticos sobre a *forma*. Infere-se assim que *forma* e *sentido* não se excluem, embora sejam duas lingüísticas distintas, em que uma se ocupa dos *signos* formais, estudados por meio de uma metodologia rigorosa, e a outra se interessa pela utilização da língua em seu uso. Entretanto, seu objeto de estudo é o *discurso*, a manifestação da língua no uso da linguagem. *Com a frase, deixa-se o domínio da língua como sistema e entra-se no universo da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso* (1966: 130).

Em outra publicação, de 1966b, sobre a *forma* e o *sentido* na linguagem, Benveniste volta ao tema, avançando em suas reflexões, mas sem alterar

a importância que concede à língua, aos elementos lingüísticos que constituem o sistema. Desta vez, menos preocupado em mostrar o papel já demonstrado que a *língua* desempenha no uso da linguagem, o lingüista desenvolve de modo mais aprofundado o aspecto semântico de sua teoria. Para tanto, parte da idéia de que a oposição *forma/sentido* coloca o lingüista no âmago da linguagem que é o problema da significação. Antes de mais nada, afirma ele, a *linguagem significa* (p. 217), e insiste dizendo que a *significação* é o próprio ser da linguagem, não é algo que lhe seja acrescentado. Com isso, ele quer ultrapassar a doutrina saussuriana de *signo*, constituído de *significante (forma)* e *significado* (visto como a aceitabilidade do signo na comunidade de fala). Assim, significar é ter sentido construído por uma rede de relações com outros signos que o definem no sistema. É o domínio do *semiótico*, do sistema lingüístico. Logo, e isso é afirmado com muita clareza, não há relação língua/mundo, o *signo* tem valor genérico, as oposições são de tipo binário. Os *signos* estão sempre em *relações paradigmáticas*.

Para Benveniste, *signo* e *frase* são distintos e exigem descrições distintas. Diferentemente de língua e fala de Saussure, ele vê na língua, *forma* e *sentido*. A *forma* é a *língua* como *semiótica*, com função de significar, a *frase*, como *semântica*, com função de comunicar pela linguagem em ação, na mediação entre homem e homem e homem e mundo, em seu papel de transmissora de informação, de comunicadora de experiência, organizando a vida dos homens. É o “empreendido” (*intenté*, p. 225) pelo locutor, a expressão de seu pensamento. Não são desprezadas, no uso da linguagem, as noções do *semiótico*, mas essas noções são outras, porque adquirem relações novas. Assim, enquanto o *semiótico* é uma propriedade da língua, o semântico é o sentido construído pelo locutor que emprega a língua, é a idéia que ele expressa servindo-se de palavras integrantes de sintagmas particulares, em suas *relações sintagmáticas*. Então, o valor semântico resulta da articulação entre *relações paradigmáticas* e *sintagmáticas*.

Mais uma vez, embora *forma* e *sentido* constituam duas lingüísticas distintas, o *semântico*, o uso da língua, não prescinde do *semiótico*, da *forma*. Ambos se articulam e convergem para a construção do sentido no uso da linguagem. *Semiótica* e *semântica* têm métodos distintos de análise, mas não se opõem, ao contrário se complementam. Assim, Benveniste parte de conceitos saussurianos:

signo, relações paradigmáticas e sintagmáticas, mas os ultrapassa, focalizando o aspecto semântico da linguagem, redefinindo *língua e fala* e articulando-as.

Em 1970, em seu conhecido texto *O aparelho formal da enunciação*, retomando de certo modo noções como forma e sentido, mas avançando em suas reflexões, Benveniste trata do *emprego das formas* e do *emprego da língua*. Vê no *emprego das formas* uma parte necessária de toda descrição lingüística que, metodologicamente deu lugar a muitos modelos. O *emprego da língua* é entendido como *um mecanismo total e constante que, de um modo ou de outro, afeta toda a língua* (p. 80). Relacionada com o *emprego da língua* está a definição de *enunciação* como sendo a necessidade de referir pelo *discurso*, o que leva a que se veja a *referência* como parte constitutiva da *enunciação*. A *enunciação* é vista como um processo, um ato pelo qual o locutor mobiliza a língua por sua própria conta. É o ato de apropriação da língua que introduz aquele que fala na sua fala. O produto desse ato é o *enunciado*, cujas características lingüísticas são determinadas pelas relações que se estabelecem entre o locutor e a *língua*. Assim, a *enunciação* é o fato do locutor, que se apropria da língua, e das características lingüísticas dessa relação. A *enunciação* converte a *língua* em *discurso* pelo emprego que o locutor faz dela. Desse modo, a *língua* se semantiza.

Ao se apropriar individualmente do *aparelho formal da língua*, o locutor enuncia sua posição com marcas lingüísticas específicas. Como tal, ele implanta o outro, o *alocutário*, diante de si. Cada produção de discurso constitui um centro de referência interna. Nele emergem marcas de *pessoa* (relação *eu-tu*), de ostensão, de espaço e de tempo, em que eu é o centro da enunciação. É somente pela *enunciação* que certos signos passam a existir. É também pelo fato de que o *locutor* ou *enunciador*, ao se enunciar, influencia o comportamento do alocutário que tomam sentido as funções sintáticas: a asserção, a interrogação, a intimação e ainda algumas modalidades formais (modos verbais, desejo, etc.). No enunciado surge também o *ele, a não-pessoa*, o qualquer um ou qualquer coisa de que se fala no discurso.

Com esse texto, pensa-se ter apresentado uma rápida revisão dos aspectos que caracterizam o conceito de enunciação, fundamental na proposta teórica de Émile Benveniste. Para defini-lo, conceitos saussurianos são retomados,

mas modificados e ultrapassados. Como para o mestre de Genebra, também para Benveniste continuam a existir dois níveis na linguagem, mas entendidos de modos diferentes e não mais dissociados, a noção de relação entre elementos se mantém, constituindo paradigmas e sintagmas, o *signo* é repensado, o sentido passa a ocupar o lugar principal e o sujeito, excluído da proposta saussuriana, torna-se o centro de referência para a construção do sentido no discurso. Com essas modificações, a *lingüística da fala* que, no *Curso de Lingüística geral* ocupa o segundo plano e não é considerado objeto de estudo para o lingüista, passa a ser, a partir da reformulação dos próprios conceitos de Saussure, a Lingüística.

Outras teorias, entretanto, também se ocuparam do uso da linguagem e definiram enunciação. É propósito deste texto trazer apenas uma: a de Oswald Ducrot, criador da *Teoria da Argumentação na Língua*. Justifica-se a escolha por se tratar de uma teoria que, como a de Benveniste, parte de conceitos estruturalistas saussurianos, também os modifica, amplia, ultrapassa, mas o faz de outro modo.

2 A proposta de Ducrot

A *Teoria da Argumentação na Língua* é uma teoria estruturalista em que as noções de *signo*, de *relação* e de *língua e fala* têm papel relevante. O signo, na concepção saussuriana, é elemento da *língua* e só se define pela sua relação com outros signos. Na teoria de Ducrot, o *signo* é a frase, isto é, estrutura abstrata, criada pelo lingüista, e seu significado é constituído pelas possibilidades de relação semântica que ela apresenta com outras frases. A relação entre frases se produz no enunciado, entendido como um segmento de *discurso*. *Enunciado* e *discurso* têm, pois, um lugar e uma data, um produtor e um ou vários ouvintes. É fato empírico, observável e não se repete. Como se pode perceber, as noções de *signo*, *relação*, *língua* e *frase* encontram-se subjacentes a esses conceitos, mas modificados. Do ponto de vista semântico, a *significação* é o valor semântico da *frase* e *sentido*, o do *enunciado*. A *significação* da *frase* é de natureza diferente do *sentido* do *enunciado*. A *significação* não preexiste ao uso, ao contrário, é aberta: contém *instruções* que indicam que tipos de indícios é preciso procurar no contexto lingüístico para se chegar ao sentido do *enunciado*. Atribui-se a cada frase de uma língua uma *significação*, ou seja, uma *instrução* que explica o sentido de seus *enunciados* no discurso.

Ducrot (1980) denomina *enunciação* o acontecimento, o fato que constitui o aparecimento de um *enunciado* em determinado momento do tempo e do espaço. É um conceito que tem função puramente semântica, sem nenhuma implicação fisiológica ou psicológica. *O sentido do enunciado é, para mim, uma descrição, uma representação que ele traz de sua enunciação, uma imagem do acontecimento histórico constituído pelo aparecimento do enunciado* (1980: 34). Dizer que um *enunciado* descreve sua *enunciação* é dizer que ele se apresenta como produzido por um *locutor*, designado por diferentes marcas de primeira pessoa, para um *alocutário*, designado pela segunda pessoa. A *enunciação* se caracteriza como tendo certos poderes. É isso que leva a ver uma alusão à *enunciação* em enunciados imperativos, interrogativos, assertivos, etc., que induzem o *alocutário* a certas obrigações, e que têm origem no aparecimento do *enunciado*.

A concepção enunciativa tem papel importante na análise do discurso. A idéia fundamental é a de que *sempre que se fala se fala de sua fala*, ou seja *o dito denuncia o dizer* (1980: 40). Num momento em que Ducrot ainda partia da pragmática para construir sua teoria (o que foi abandonado), era colocada na *enunciação* a idéia de que é preciso distinguir o autor das palavras, o *locutor*, e os agentes dos atos ilocutórios, os *enunciadores*. Menciona-se esse fato aqui para que seja observado como sua leitura da pragmática já estava sendo conduzida na direção de outra proposta. Se exprimir-se é ser responsável por um ato de fala, explica ele, (1980: 44), então, ao interpretar-se um *enunciado*, ouve-se uma pluralidade de *vozes*, outras que não a do *locutor*. Encontra-se aí o princípio que é desenvolvido, sem a pragmática, o conceito de *polifonia*.

A criação da *Teoria Polifônica da Enunciação*, no âmbito da *Teoria da Argumentação na Língua*, vincula-se a dois fatos. Um é a crítica que Ducrot faz à concepção lingüística da unicidade do sujeito falante, segundo a qual haveria apenas um falante no enunciado. O outro baseia-se na afirmação de que o *sentido* de um *enunciado* é a descrição de sua *enunciação* e nessa descrição está inscrita a pluralidade de *vozes* que o locutor apresenta. Encontram-se no *enunciado* várias funções diferentes: a do *sujeito empírico*, a do *locutor* e a do *enunciador*. O *sujeito empírico* é o autor efetivo do que é produzido. Essa função não interessa ao lingüista que estuda o *sentido*, ficando o *sujeito empírico* afeto aos sociolingüistas ou aos psicolingüistas. O *locutor* é o responsável pelo *enunciado*, no qual ele se marca

com a primeira pessoa. O *enunciador* é a origem dos *pontos de vista* que o locutor apresenta. Em seu livro publicado em Cali (Colômbia) em 1988, Ducrot lembra que os *enunciadores* não são pessoas, mas *pontos de perspectiva* abstratos. O primeiro elemento do *sentido* é, assim, a apresentação dos *pontos de vista* dos *enunciadores*. O segundo é a indicação da posição que o *locutor* assume em sua relação com eles. Três atitudes são mencionadas em 1988: 66: o *locutor* ou se identifica com um dos *enunciadores* e afirma esse *ponto de vista*, ou dá sua aprovação a outro, sem contudo admitir seu ponto de vista, ou se opõe a outro. A noção de *polifonia* visa a substituir a semântica horizontal (em que só o resultado da combinação de elementos pode ser assumido) por uma semântica vertical (em que o sentido é a superposição de diferentes vozes que se confrontam). Assim, *sob a frase mais elementar pode haver uma espécie de diálogo imaginário* (Ducrot, 1997: 18).

Ducrot afirma que os *enunciadores* são argumentadores. Mas o que significa então *argumentar* e por que a expressão *argumentação na língua*? Para se compreender o que é *argumentar* na *Teoria da Argumentação na Língua*, é preciso que se diga que ela se opõe às concepções tradicionais de sentido, como a de Karl Bühler, que entende que no enunciado há três tipos de indicações: as objetivas, que representam a realidade, as subjetivas, que mostram a atitude do *locutor* frente à realidade e as intersubjetivas, que se referem às relações entre o *locutor* e aquele a quem ele se dirige. Para Ducrot, não há uma parte objetiva no sentido da linguagem, porque ela não descreve diretamente a realidade. Segundo ele, se a descreve, o faz por meio de seus aspectos subjetivos e intersubjetivos. O modo como a realidade é descrita consiste em fazer dela o tema de debate entre indivíduos. *Resumindo essa idéia direi que para mim a descrição (ou seja, o aspecto objetivo) se faz através da expressão de uma atitude e através também de um chamado que o locutor faz ao interlocutor* (1988: 51). Assim, é pela relação entre *locutor* e *interlocutor* se produzem argumentações, ou seja, o locutor interage com seu *interlocutor* apresentando a este sua posição em relação àquilo de que fala. Os aspectos subjetivo (a posição do locutor) e intersubjetivo (a relação locutor/interlocutor) são unificados e reduzidos ao valor argumentativo dos *enunciados*. Assim, *falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade* (1988: 14). O *valor argumentativo* de uma palavra é a orientação que essa palavra dá ao discurso.

Resta explicar por que a teoria afirma que a *argumentação está na língua*. É preciso, para essa explicação, que se lembre que, em sua concepção de *argumentação*, Ducrot opõe-se à concepção tradicional que é aceita nessa área. Segundo essa concepção, conforme o artigo escrito em 1987, publicado no Brasil em 1989, um *sujeito falante* produz um enunciado A, que indica um fato F, que pode ser verdadeiro ou falso, como argumento para justificar um enunciado C, verdadeiro ou falso dependendo, do fato F, resultando em enunciados do tipo: A logo C, ou C já que A. Nesse modo de entender a *argumentação*, a *língua* não tem papel essencial, mas o movimento argumentativo independe da língua, embora esta forneça os conectivos que marcam a relação entre A e C. Ducrot recusa esse esquema porque há frases que indicam o mesmo fato, no entanto conduzem a conclusões contrárias. Constatou, então, em suas análises que a *argumentação* não está nos fatos, mas no próprio semantismo das palavras da língua. Essa é a primeira forma que assumiu a *Teoria da Argumentação na Língua* que postula que a força argumentativa de um enunciado deve ser definida como o conjunto de *enunciados* que podem ser encadeados a ele em um *discurso* com o conector *portanto*.

Mas essa forma inicial encontrou problemas e foi substituída pela segunda, que afirma que as possibilidades de *argumentação* não dependem somente dos enunciados que servem como *argumento* e *conclusão*, mas dependem também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação. Esses princípios foram designados com o nome de *topoi*. A *argumentação* continua sendo o conjunto de conclusões possíveis, mas o *princípio argumentativo* garante a passagem do *argumento* para a *conclusão*. Percebe-se, então, que a preocupação de Ducrot volta-se agora para a explicação de como se produz a *argumentação* no *enunciado*. Mantém-se, porém, a concepção de *enunciado* como produto das relações de subjetividade do *locutor* que, ao interagir com seu *interlocutor*, pela intersubjetividade inerente à linguagem, coloca sua posição sobre a realidade que toma como tema de sua enunciação, produzindo *argumentação*.

No terceiro momento da teoria, que continua se desenvolvendo em busca principalmente de uma metodologia adequada, o conceito de *argumentação* é revisto. Trata-se agora da Teoria dos Blocos Semânticos segundo a qual a *argumentação* não se alicerça na passagem do argumento, que funcionava como justificativa para

a *conclusão*, mas em representações unitárias entre um e outro que são o próprio conteúdo dos *encadeamentos argumentativos*. O *argumento* influencia o sentido da *conclusão* ou o contrário, constituindo uma unidade de *sentido*. É o que Carel (1997) denomina *bloco semântico*. *Argumentar* passa a ser, desse modo, convocar *blocos lexicais* por meio de *encadeamentos* que exprimem uma qualidade, positiva ou negativa que, junto com o bloco, compõem uma regra. Esses *encadeamentos*, vistos nesse momento da teoria como *blocos semânticos*, apresentam-se sob dois aspectos: um *normativo* em *portanto* e outro *transgressivo* em *no entanto*. Esses dois aspectos pertencem ao mesmo *bloco*, logo ambos são primitivos, um não deriva do outro; no *encadeamento transgressivo*, o *locutor* concede ao aspecto *normativo* do bloco, mas depois abandona esse movimento *argumentativo* e afirma uma conclusão negativa. Tornando-se uma semântica lexical, a *Teoria dos Blocos Semânticos* formula conceitos que dão conta não só das *argumentações interna* e *externa* das entidades lexicais em análise como também de suas *relações sintagmáticas* e *paradigmáticas*, da *predicação* do enunciado, etc.

A rápida menção aqui feita às diferentes etapas pelas quais passou até o momento atual a *Teoria da Argumentação na Língua* parece mostrar que se está diante de reflexões que mantêm a hipótese que a criou: a de que a *argumentação está na língua*, não nos fatos e, como tal, explica a *argumentação* a partir da relação entre *locutor* e *interlocutor*, por meio da qual o *locutor* age de certo modo verbalmente sobre seu *interlocutor*, apresentando um ponto de vista argumentativo sobre um aspecto da realidade, que se torna tema de seu discurso, e ao qual, com base em sua argumentação, atribui um sentido argumentativo. O foco de análise da teoria de Ducrot é, pois, a *argumentação*, ou seja, as marcas que o *locutor*, produtor do enunciado, coloca em seu discurso. Essas marcas se apresentam tanto explicitamente, do ponto de vista da relação entre *locutor* e *interlocutor*, portanto, tanto entre sujeitos da enunciação quanto entre o locutor e outros sujeitos, os *enunciadores*, que, em diferentes níveis de implicação dialogam com o locutor, postulando a não unicidade de sujeitos do enunciado. Então, as relações no discurso, como propõe essa teoria, se estabelecem não apenas entre palavras ou frases, mas igualmente entre discursos. A *enunciação* é definida por Ducrot como o surgimento do enunciado, tornando-se este o objeto de suas análises, sem contudo se desvincular, em nenhum momento de sua perspectiva enunciativa.

Para finalizar

É preciso que se reflita sobre a teoria engendrada por Ferdinand de Saussure que, colocando, no início do século XX, os fundamentos da ciência da Lingüística, o fez de modo tão inesperadamente fecundo que ainda hoje não cessou de gerar propostas teóricas tão diversas relativas à Lingüística da Fala, por ele excluída do objeto de estudo da Lingüística. E mais ainda, que o sujeito, o outro excluído, tenha paradoxalmente assumido a importância fundamental que hoje tem nessas teorias. Foi aqui apresentado um dos conceitos básicos de apenas duas dessas teorias. Embora não seja necessário muito esforço para se perceber que elas são distintas, não se pode negar que elas têm algo em comum.

A Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, partindo de conceitos saussurianos, não rejeita a distinção entre língua e discurso, ao contrário, as associa, pois, ao situar o sujeito como centro de referência, busca explicar como o aparelho formal da enunciação marca a subjetividade na estrutura da língua. A noção de enunciação é, para Benveniste, centrada no sujeito, que, ao se apropriar do aparelho formal da língua, enuncia sua posição de sujeito, marcando-se como eu, instaurando o tu e o ele em seu discurso. A Teoria de Benveniste focaliza, pois, o sujeito, suas marcas no discurso.

Já a Teoria da Argumentação na Língua propõe não um sujeito da linguagem, mas um eu locutor produtor de discurso para um tu interlocutor. Nessa relação, o locutor marca sua posição, em seu discurso, argumentando em relação ao que está sendo dito. Da construção da argumentação participam não só os elementos verbais explícitos dirigidos ao interlocutor, mas igualmente outros discursos apresentados implicitamente em relação aos quais o locutor toma diferentes atitudes. Essa teoria focaliza, então, a construção da argumentação como modo de enunciação do locutor. Esse modo de enunciação está presente já no sistema da língua, o que se mostra no léxico, nos performativos, na delocutividade. A argumentação transforma as coisas em justificativas de nossas necessidades, desejos ou intenções. *Falar, diz Ducrot, é tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade* (1988, p. 14).

São, então, teorias distintas, mas que se assemelham sob alguns aspectos. São propostas que têm cada uma a sua especificidade, mas que se inscrevem no contexto maior do uso da linguagem, contemplando os sujeitos e as relações que entre eles se estabelece. Entretanto, não há dúvida de que ambas têm em comum o fato de que partem de conceitos saussurianos, conservando-os parcialmente, mas redefinindo-os, modificando-os. Em decorrência, ou na origem mesma dessas conceituações, encontram-se facilmente duas abordagens diferentes de linguagem, que podem ser definidas, e que se tornariam tema de futuros trabalhos.

Notas

¹ Este estudo se inscreve no âmbito do projeto O enunciado no texto, desenvolvido no PPGLetras da PUCRS, de 2003 a 2005, apoiado pelo CNPq com bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Referências Bibliográficas

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966, v. 1.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1974, v. 2.

CAREL, Marion. L'argumentation dans le discours; argumenter n'est pas justifier. *Letras de Hoje*, v. 32, n.1, 1997.

DUCROT, Oswald. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1988a.

DUCROT, Oswald. Argumentação e *topoi* argumentativos. In: *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989b.

DUCROT, Oswald. *Logique, structure, communication* (à propos de Benveniste et Prieto). Paris: Minuit, 1989.

FLORES, Valdir do Nascimento e TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.